

Reforma tributária é consenso

Costa Couto anuncia acordo com a Constituinte. União perde

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse ontem que a partir do "consenso" obtido entre os constituintes e Governo no que se refere à reforma tributária, "a expectativa é a de que haja uma reformulação do orçamento da União para o próximo ano". A proposta de orçamento que já está no Congresso Nacional sofrerá ajustes, segundo Costa Couto, em função de remanejamento das receitas públicas previsto pelo substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Na reunião de ontem de manhã ficaram definidas três questões. A primeira delas diz respeito ao aumento da transferência para os fundos de participação que passarão a ter 46% da arrecadação total do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e do Imposto de Renda. Hoje o percentual transferido corresponde a 30% da receita bruta dos dois impostos. Outro acordo aprovou a proposta do substitutivo de elevar de 2% para 3%, também da arrecadação do IR e do IPI, o percentual de recursos destinados a for-

talecer as regiões mais carentes. Essas verbas, disse o ministro, contemplariam, principalmente, a região Centro-Oeste que não dispõe de incentivos fiscais como o Nordeste e Norte.

Apesar de ter sido analisada a proposta da estacionalização do ITR (Imposto Territorial Rural), a reunião de ontem optou pela permanência do imposto na competência da União que destinaria os recursos à formação de um fundo para o desenvolvimento da reforma agrária. Costa Couto garantiu que não haverá o aumento da alíquota do imposto que hoje é de 4% incidindo sobre o valor variável da terra nua. O ministro assegurou, no entanto, que serão buscadas formas de uma cobrança mais justa que garanta um café financeiro para a reforma agrária. Ele não descartou a idéia do ITR se tornar um imposto progressivo. Sobre esse ponto, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que estava bastante irritado com a reunião, informou que não há qualquer definição.

COMPENSAÇÃO
Muito embora tenha en-

fatizado o "consenso" da reunião, o ministro Costa Couto não explicou como a União fará para compensar a perda de arrecadação que terá com o aumento das transferências para os estados e municípios, ponto que mais preocupa o ministro Bresser Pereira. Ele destacou apenas que está sendo estudado o repasse de encargos principalmente nos setores de educação e saúde. Essa transferência seria feita "via Congresso" e abrangeria "órgãos, funções, programas e pessoal" aliviando a União que "hoje está hiperatrolada e é uma máquina paquidêmica".

Ainda contrariando o ministro da Fazenda, ele garantiu que não haverá, em hipótese alguma, um aumento da carga tributária principalmente para o assalariado brasileiro. A preocupação do Governo, disse Costa Couto, é a de não penalizar o setor produtivo, daí ser necessária a transferência de encargos que seria o ponto central de equilíbrio de todo o processo da reforma tributária.



Bresser despediu-se de Ulysses, pulou a cerca e se foi

Chefe do SNI participa da reunião com líderes

"Um espetáculo democrático", assim definiu o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, a reunião realizada com constituintes, em sua residência, ontem de manhã, sobre a parte tributária e financeira do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. Ele disse que só não houve consenso em relação à aposentadoria da mulher aos 25 anos de serviço, mas o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, não parecia satisfeito.

Em companhia do secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson Nóbrega, e do secretário da Receita Federal, Antônio Mesquita Neto, Bresser saiu apressado da reunião, atravessou o jardim da casa de Costa e pulou a cerca para a sua residência. "Não tenho nada a falar. Não tem nada que interesse à imprensa. Falo sério", disse no caminho. Ele negou também que tivesse sido proposto como saída para a reforma agrária a taxa progressiva das propriedades rurais, informação dada pouco antes pelo deputado Alberico Filho

(PMDB/MA).

Os primeiros a deixar a casa de Costa Couto foram o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). No mesmo carro, eles seguiram para uma reunião de líderes na casa de Ulysses. Para lá também saíram um pouco antes, num Opala dirigido pelo senador José Richa (PMDB/PR), os deputados Bernardo Cabral, Francisco Dornelles (PFL/RJ) e José Serra (PMDB/SP).

Participaram ainda da reunião o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, que saiu a pé pelos fundos em direção à sua casa; o senador Fernando Enrique Cardoso (PMDB/SP), que logo no início foi se encontrar com o líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC); os deputados Euclides Scalco (PMDB/PR) e Alberico Cordeiro (PFL/AL) e os senadores Virgílio Távora (PDS/CE) e Humberto Lucena (PMDB/PB), presi-

dente do Senado Federal.

O presidente da Constituinte disse aos repórteres, à saída, que, no geral, estava havendo consenso na reunião. Ele contou que o ministro Bresser Pereira havia apresentado uma série de argumentos sobre a transferência de recursos da arrecadação de impostos entre as três esferas de governo e uma proposta de vinculação da reforma agrária ao Imposto Territorial Rural, que seria a taxa progressiva negada pelo Ministro da Fazenda.

"A questão relacionada à aposentadoria da mulher aos 25 anos de trabalho foi o único aspecto no qual não se chegou a uma decisão final. Essa decisão tem implicações econômicas, mas é fundamentalmente uma decisão política, pois as mulheres, além de muito queridas, são mais de 50% da população e dos eleitores brasileiros", resumiu Costa Couto. Segundo o ministro, o objetivo principal da reunião foi encontrar soluções que fortalecessem financeiramente os estados e municípios sem inviabilizar a União.

Bresser pula cerca e evita os jornalistas

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, saiu bastante irritado da reunião com os constituintes realizada na casa do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Ao contrário deste, em nenhum momento Bresser falou em consenso e disse que "nada foi resolvido".

O ponto que mais desagradou ao ministro da Fazenda foi a definição do encontro em relação à necessidade de ser reformulada a proposta do orçamento da União para o ano que vem. E o fato de que o Governo Federal perderia, mesmo, recursos de sua arrecadação em prol do fortalecimento dos Estados e Municípios. Os assessores do ministro prevêem que

mesmo havendo uma re-partição dos encargos, a medida terminaria gerando um aumento significativo da carga tributária, única forma da União financiar os seus gastos adicionais.

Outro aspecto defendido por Bresser e que foi bombardeado durante o encontro foi o da reforma tributária vigorar somente a partir de 1989. Segundo o senador Virgílio Távora (PDS-CE), também presente à reunião, "chegou-se a 25ª hora sem se concordar em nada". O constituinte destacou que a tendência é a de o Governo executar uma política de aumento dos impostos que castigará, principalmente, o médio contribuinte.



Antonio Carlos condena a reforma proposta

Magalhães: Texto de Cabral é muito ruim

Salvador — Da forma como está colocada no projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral, a reforma agrária é inexecutável, pois não se vai ter como realizar uma reforma agrária estabelecendo-se o prazo de 90 dias para a imissão de posse da terra.

O alerta foi feito ontem, em Salvador, pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, para quem a reforma defendida no projeto "não combina com a índole do brasileiro e não se faz nem mesmo na Rússia".

— Seria criar a desordem em áreas produtivas — afirmou o ministro, acrescentando que "pelo que se estabelece no projeto, para fazer a reforma agrária entra-se na terra com 90 dias enquanto que para fazer pesquisa mineral tem que se pedir licença ao índio.

Para Magalhães, o projeto do deputado Bernardo Cabral "é muito ruim e terá que ser melhorado em 80 a 90 por cento pelos constituintes".

A rigor, segundo o entendimento de Antônio Carlos Magalhães, a reforma agrária sequer deveria constar da Constituição, pois é um assunto para ser tratado em lei ordinária".

O ministro fez esses comentários durante uma exposição agropecuária em Feira de Santana, onde esteve a convite dos ruralistas da região.

Magalhães, que recebeu uma placa oferecida pela UDR com os dizeres "quem serve à agricultura serve à humanidade", disse também que a existência do Incra é desnecessária porque este muitas vezes se sobrepõe ao Ministério da Reforma Agrária e sustentou que a reforma está sendo tratada com demagogia pelas esquerdas, na Constituinte.

Magalhães defendeu uma reforma agrária gradual e em terras improdutivas, pois, segundo seu entendimento, "desapropriar terras produtivas seria um crime contra o País". Ele disse esperar que o presidente Sarney escolha um ministro da Reforma Agrária que siga a linha de Marcos Freire, "para que se tenha um trabalho equilibrado e decente como o que vinha sendo feito".

Voltando a fazer críticas ao governo de Waldir Pires, Magalhães disse que nesses seis meses "O governo não conseguiu conter a violência e só teve ânimo para perseguir de modo mesquinho o povo baiano".

"Não acusei Ulysses" diz Frota Neto

O porta-voz da Presidência da República, jornalista Antônio Frota Neto, negou ontem que tivesse acusado o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, de não deixar o presidente Sarney governar. A declaração atribuída a ele constava de entrevista exclusiva que concedeu ao jornal "O Estado de S. Paulo", que a publicou ontem com chamada de primeira página.

"A matéria merece três reparos: não citei pessoalmente o dr. Ulysses, que admiro e respeito muito, mas sim o PMDB, que às vezes coloca um cinto que neutraliza a ação do Governo; não dei a reforma ministerial como uma certeza, mas como uma expectativa diante da correlação de forças novas que vai surgir com a Constituinte; e em relação aos políticos, não disse que são frustrados, mas que a maioria se frustra, porque não consegue solucionar os problemas nacionais, que são grandes" — destacou o porta-voz.

Ao deixar tranqüilo a casa do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa, após reunião com setores da área econômica do governo e constituintes sobre reforma tributária, o deputado Ulysses Guimarães se irritou ontem de manhã ao ser perguntado sobre as declarações do porta-voz. "Eu não posso fazer declarações porque, primeiro, não li o jornal; segundo, porque duvido que o jornalista Frota Neto, com a responsabilidade que tem, inclusive sendo porta-voz do Presidente da República, tenha dito uma coisa dessas", respondeu, acrescentando um "duvido completamente" e cortando a entrevista com um sonoro "ahhh..." e um gesto de indignação que serviu também para afastar os microfones e abrir caminho em direção a seu carro.

O ministro Costa Couto também não tinha lido os jornais àquela altura da manhã. Aliás, eles foram entregues em sua residência no momento em que a reunião estava no auge. Sem entrar no mérito, disse apenas que "o dr. Ulysses tem cooperado com o País o tempo todo e a sua biografia mostra isso".